



Extensio
UFSC

Revista Eletrônica
de Extensão

ESCREVIVÊNCIAS: DO RACISMO COTIDIANO ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Vanessa Correia Fernandez Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro
vanessacorreia.fgoncalves@gmail.com

Luciano de Souza Dias

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
lucianodsdias@gmail.com

Fernanda Canavez de Magalhaes

Universidade Federal do Rio de Janeiro
fernandacanavez@gmail.com

Resumo

No Brasil, a presença escamoteada do racismo impõe aos sujeitos negros a tarefa incessante de decodificação dos efeitos infligidos pela violência. Ante essa incidência, a ação de extensão *Escrevivências do racismo cotidiano* procurou facilitar aos participantes um exercício de elaboração dos traços subjetivos impostos pela violência racial. Para tanto, realizamos considerações teóricas sobre a temática acompanhadas de exercícios de escrita. O objetivo deste relato é problematizar um aspecto preciso surgido no primeiro encontro da atividade: o interesse e a presença de pessoas autodeclaradas brancas em uma oficina sobre o racismo. A opção de franquearmos o acesso ao curso, sem restrição quanto à identificação étnico-racial, permitiu um giro na proposta da oficina, vertendo os corpos brancos em objetos de atenção. Interessa-nos localizar o deslocamento que, partindo do racismo – compreendido como uma violência decorrente da atribuição racial –, nos conduziu à temática, mais ampla e complexa, da racialidade em sua dimensão relacional.

Palavras-chave: Racismo. Branquitude. Escrevivência. Psicanálise.

ESCREVIVÊNCIAS: FROM DAILY RACISM TO THE ETHNIC-RACIAL RELATIONS

Abstract

In Brazil, the concealed presence of racism imposes on black people the incessant task of decoding the effects inflicted by violence. Faced with this incidence, the extension project "Escrevivências do daily racism" attempted to facilitate participants in an exercise in elaborating the subjective traits imposed by racial violence. For this purpose, we made theoretical considerations on the subject and using, at the same time, writing exercises. The objective of this report is to problematize a precise aspect that emerged in the first meeting of the activity: the interest and presence of self-declared white people in a workshop on racism. The option to open access to the course, without restrictions regarding ethnic-racial identification, allowed a change in the workshop's proposal, turning white bodies into objects of attention. We are interested in locating the displacement that, starting from racism – understood as violence resulting from racial attribution –, led us to the broader and more complex theme of raciality in its relational dimension.

Keywords: Racism. Whiteness. Escrevivência. Psychoanalysis.

ESCREVIVÊNCIAS: DEL RACISMO COTIDIANO A LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES

Resumen

En Brasil, la presencia oculta del racismo impone a los sujetos negros la tarea incesante de decodificar los efectos infligidos por la violencia. Frente a esta incidencia, la acción de extensión *Escrevivências do racismo cotidiano* buscó facilitar a los participantes un ejercicio de elaboración de las consecuencias subjetivas impuestas por la violencia racial. Para ello, realizamos consideraciones teóricas sobre el tema acompañadas de ejercicios de escritura. El objetivo de este informe es problematizar un aspecto preciso que surgió en el primer encuentro de la actividad: el interés y la presencia de personas autodeclaradas blancas en una actividad sobre racismo. La opción de permitir el acceso al curso, sin restricciones en cuanto a identificación étnico-racial, permitió un cambio en la propuesta, convirtiendo los cuerpos blancos en objetos de atención. Nos interesa localizar el desplazamiento que, a partir del racismo –entendido como violencia resultante de la atribución racial–, nos llevó al tema más amplio y complejo de la racialidad en su dimensión relacional.

Palabras clave: Racismo. Blancura. Escrevivência. Psicoanálisis.



INTRODUÇÃO

No Brasil, a violência racial é regulada, prioritariamente, pelo não dito, através do silêncio social e institucional sobre a incidência cotidiana da violência dirigida aos corpos negros. A presença escamoteada do racismo impõe a estes sujeitos uma tarefa incessante de decodificação dos efeitos que a violência continuada inflige à existência. Afinal de contas, além dos modos explícitos e declarados, o cotidiano dos sujeitos negros é perpassado por pequenos gestos, olhares, silêncios, reprovações e constrangimentos que ficionam o negro como um não-igual. De tal modo, a percepção da violência, em seus diferentes níveis de sutileza, requer um ato constante de interpretação que possa imprimir um sentido não paralisante aos sujeitos a quem é dirigida. Contudo, além deste trabalho de decodificação da violência, importa um outro passo, pois não basta um sentido interpretativo, é preciso que este seja traduzido em uma nova linguagem que permita a reapropriação da violência fora dos marcos racistas (KILOMBA, 2019).

Foi nesse intento de ressignificação da violência que construímos o curso de extensão *Escrivências do racismo cotidiano*, realizado de forma remota em outubro de 2022. A oferta foi uma atividade conjunta do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGPSI/UFRRJ), articulados pelo *marginália* – Laboratório de Psicanálise e Estudos sobre o Contemporâneo. A oficina foi realizada através da plataforma Google Meet. As atividades aconteceram entre os dias 19 de setembro e 06 de outubro de 2022, totalizando 4 (quatro) encontros, com a duração de 3 (três) horas cada um deles. O curso foi organizado pela professora Fernanda Canavêz e pelo tutor Luciano Dias, pós-doutorando sob supervisão da professora em questão. As atividades contaram ainda com apoio da então graduanda Vanessa Gonçalves, integrante do *marginália* Laboratório.

Em linha geral, a dinâmica dos encontros seguia um roteiro fixo: primeiro, uma exposição teórica; seguida de uma atividade individual de escrita. Cada exercício era pensado para ser concluído no próprio encontro e servir de ponto de partida para o seguinte, criando uma sequência contínua e comparável entre si. Na última hora, dedicava-se um espaço para debate e partilha, no qual os participantes verbalizavam os efeitos subjetivos que a realização das atividades lhes provocara.

O que aqui apresentamos, na forma de um ensaio, não é a proposta em sua totalidade, mas um recorte preciso. Concentraremos nossa análise na opção de ofertar o curso sem qualquer restrição quanto à identificação étnico-racial. Essa opção deliberada acabou por descortinar, para além das pretensões iniciais, um espaço para que as contradições dos corpos brancos em relação à

própria racialidade pudessem ser enunciadas. Assim, mais objetivamente, neste escrito nos interessa demarcar a perspectiva dos corpos brancos presentes no curso, tomando-os como foco de atenção. Não visamos ser exaustivos na apresentação das falas ou dos exercícios realizados. Num enfoque mais geral sobre o recorte, nos interessa o deslocamento que, partindo do racismo, nos conduziu à temática das relações raciais, isto é, aquele que, incluindo a atribuição da racialidade como determinante na continuidade sistêmica da violência racial, permitiu, nos termos de Édouard Glissant (2021), colocar em análise a *dimensão relacional* que decorre da incidência da raça.

MATERIAIS, MÉTODOS E ESTRUTURAÇÃO DA OFICINA

Os encontros seguiam uma estrutura planejada, iniciando sempre com uma exposição teórica, que visava favorecer uma apreensão crítica sobre a temática racial. A etapa seguinte foi dedicada aos exercícios de escrita individual. Nessa etapa, a escrita não se restringia ao registro textual tradicional, mas assumia a forma de uma exploração livre: os participantes eram convidados a deixar fluir sobre o papel marcas, rabiscos, símbolos, palavras soltas ou desenhos, criando um espaço de expressão que refletia pensamentos, emoções e associações pessoais. De acordo com o planejamento, cada exercício foi concebido para ser concluído durante o próprio encontro. Essa opção, visou formar uma sequência articulada que permitia uma interpretação comparativa e uma leitura das transformações entre as produções dos diferentes participantes. O momento final de cada encontro foi reservado para debate e a partilha do material produzido, revelando, por meio da expressão falada, os efeitos individuais que a prática havia despertado em cada participante, assim como os diferentes caminhos percorridos na experiência criativa.

Para concretizar essa experiência, utilizamos uma combinação de materiais que incentivavam tanto a expressão individual quanto a interação coletiva. Durante os exercícios os participantes podiam recorrer a folhas em branco, canetas, lápis de cor, pequenos objetos, ou recortes de revista, por exemplo. Esse leque de instrumentos permitia que cada participante externalizasse pensamentos, emoções e associações, tornando visíveis as trajetórias singulares de cada produção. Nos momentos de debate, essas criações funcionavam como catalisadores para discussões sobre racismo cotidiano e experiências de marcação racial, permitindo que os participantes articulassem suas percepções, observassem as diferenças e semelhanças entre produções e se engajassem em uma construção coletiva de sentidos. Assim, mesmo em um ambiente virtual, o curso ofereceu um espaço caracterizado pela reflexividade, criatividade e escuta, em que a materialidade das produções e as experiências compartilhadas ampliavam a compreensão sobre os efeitos sociais e subjetivos do racismo.

O ponto a ser destacado refere-se à opção deliberada de mantermos as inscrições abertas ao público em geral, sem qualquer restrição relativa à identificação étnico-racial. Assim, embora a oficina se propusesse a problematizar os efeitos do racismo antinegro, não instituímos critérios que limitassem a participação de pessoas autodeclaradas brancas ou vinculadas a quaisquer outras formas de pertencimento étnico-racial.

Contudo, suspeitávamos que a nomeação do racismo no título redundaria em uma ampla maioria — senão na totalidade — de pessoas autodeclaradas negras. Não foi sem surpresa que constatamos, no recebimento das inscrições, o interesse de pessoas autodeclaradas brancas, as quais totalizaram aproximadamente 35% dos inscritos. Diante desse percentual, colocamos em discussão, logo no primeiro encontro, a multiplicidade étnico-racial do grupo. A conversa possibilitou que muitos participantes negros formulassem perguntas como: “qual o interesse de pessoas brancas em uma oficina sobre escrevivências do racismo?”; “seriam eles, os brancos, capazes de ouvir, sem reação defensiva ou violenta, a nomeação da branquitude como autora de práticas racistas?”

Por seu turno, boa parte dos sujeitos brancos localizou seu interesse na oficina a partir do desejo de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema da racialidade. Diante disso, debatemos sobre a importância, para pessoas brancas, de se confrontarem com tais perguntas e, igualmente, sobre o complexo tema da mobilização da branquitude na luta antirracista (MOMBAÇA, 2017). Ao abriremos a oficina à pluralidade de autoidentificações raciais, assumimos o risco de eventualmente reforçar os constrangimentos vivenciados por corpos negros ao se exporem em seus sofrimentos. Esse não era um risco a ser minimizado; por essa razão, optamos por iniciar a oficina tematizando explicitamente essa questão.

No que tange à produção prática, observamos uma sintonia geral no desenvolvimento das atividades. O grupo, cuja faixa etária média girava em torno dos 30 anos, participou ativamente das discussões e dos exercícios propostos. Como esperado, muitos participantes negros relataram, oralmente ou por meio de textos, violências raciais vivenciadas no cotidiano — como ser perseguidos em estabelecimentos comerciais ou sofrer abordagens policiais indevidas —, além de rememorem experiências racistas desde a primeira infância, algumas delas em ambiente escolar. Nesse sentido, as conversas daquele primeiro dia, bem como as que se seguiram, mostraram-se fundamentais, ao menos de acordo com nossa perspectiva de promover o debate acerca das questões raciais no contexto brasileiro. Vivemos em um país estruturalmente racista e, entre outras implicações, esse reconhecimento aponta para a necessidade de que corpos brancos se engajem de maneira consequente na luta antirracista.

Foi particularmente interessante observar que os efeitos do racismo também emergiram nos exercícios e nas falas dos participantes autodeclarados brancos. Boa parte dessas lembranças estava associada ao convívio com empregadas domésticas. Como relataram, embora muitos deles tivessem estabelecido fortes vínculos afetivos com mulheres negras, por quem haviam sido cuidados na infância, perderam completamente o contato com essas pessoas ao longo dos anos. Em vários desses relatos, o desconhecimento sobre a amplitude e os modos de circulação do racismo no Brasil dificultava reconhecer como manifestações desse sistema situações como, por exemplo, o fato dessas trabalhadoras dormirem nos quartos dos fundos ou, ainda, nem sempre se sentarem à mesa para as refeições.

Nesse sentido, mais de uma pessoa branca declarou ter suposto, ao longo da vida, que o racismo se restringia a atos de agressão explícita (como ofensas ou ataques abertamente preconceituosos), mas não reconhecia sua perpetuação nas hierarquias naturalizadas do cotidiano. Assim, passaram a notar situações como a composição racial de determinados espaços, como quando, em um restaurante, constatavam que todos os clientes eram brancos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A violência racial opera em continuidade imediata com as instituições, regulando, simultaneamente, a produção de subjetividade e as condições de sociabilidade. É por tal complexidade, convocada na temática da racialização dos corpos, que o curso sustenta uma leitura interdisciplinar do racismo, acionando diferentes campos formalizados do saber, como, por exemplo, História, Filosofia, Psicologia e Psicanálise. Assim, uma compreensão do eixo objetivo e institucional exige uma apreensão dos fatores sócio-históricos, econômicos e territoriais que fabrica e distribui a violência racial no espaço público. Não obstante, a violência sistêmica materializada no funcionamento das instituições requer uma análise do eixo subjetividades, ou seja, supõe, em igual medida, um olhar sensível sobre as formas de existência que são alvos prioritários da violência (ALMEIDA, 2019). Os corpos, a existência, são os depositários do racismo, mas também máquina fundamental para o redirecionamento da violência.

Nesta direção, a proposta do curso se assenta no pressuposto ético-político de que o reconhecimento do racismo como um dado efetivo que caracteriza a formação cultural do país deve ser acompanhada do fomento a operações que objetivem o posicionamento antirracista. De tal modo, a localização do racismo como elemento estruturante das relações sociais deve ser contígua ao trabalho que interroga a naturalização simbólica e material da violência exercida a partir de um crivo racial. Assim, tendo em vista que o racismo brasileiro encontra no silenciamento um

dos pilares de sua eficácia simbólica, a nomeação da violência é indispensável no fortalecimento da luta antirracista (KILOMBA, 2019).

Deste modo, por intermédio de exercícios práticos de expressão escrita, a oficina *Escrevivências do racismo* sustenta um alinhamento a este campo de luta. Na esteira das proposições de feministas negras, como Audre Lorde (2020), bell hooks (2017) e Grada Kilomba (2019), compreendemos a escrita como um instrumento que auxilia no estabelecimento de uma linguagem e de um vocabulário singular capaz de permitir a expressão de si fora dos eixos de objetificação e subjugação perpetrado pelo racismo.

Como assinala Kilomba (2019, p. 11), está em questão nessa apropriação a possibilidade de fazer surgir “uma nova linguagem. Um novo vocabulário, no qual eu pudesse finalmente encontrar-me”. Desta feita, um encontro consigo que, na presença da dor do subjugado, sustenta o difícil exercício de “dar nome à nossa dor, torná-la lugar de teorização” (HOOKS, 2017, p. 102). Neste sentido, bell hooks defende a necessidade de um fazer teórico que comporte os termos de uma prática de libertação, e é “em sua produção [que] jaz a possibilidade de darmos nome a toda a nossa dor – de fazer toda a nossa dor ir embora” (HOOKS, 2017, p. 104). Trata-se, por esta via, de insistir para que as reivindicações de transformação no eixo sociopolítico sejam interligadas a uma reapropriação ética na ordem da subjetividade.

Assim, ao longo do curso, a tematização teórica do racismo não objetiva meramente uma apreensão intelectual, mas é posta a serviço de uma reescrita do sentido fixado pela violência racial. O ensino, a transmissão teórica dos conceitos, encontra-se inseparavelmente articulada ao esforço de favorecer, para cada participante, uma apropriação singular dos conteúdos abordados. Por intermédio dos exercícios os participantes foram convidados a expressarem a si mesmos como agentes ativos da ressignificação das marcas impostas à subjetividade pela violência racial.

É neste intuito que podemos compreender a categoria analítico-interventiva de escrevivência, formulada por Conceição Evaristo (2020). Para a escritora, a escrevivência, cuja imagem inaugural remonta à mãe-preta, nomeia as possibilidades de os sujeitos negros tecerem para si sua “auto-inscrição no mundo” (EVARISTO, 2020, p. 35). Nas palavras da autora, “é uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida” (EVARISTO, 2020, p. 35). Sob o imperativo deste auto escrever-se como sujeito no mundo, a escrevivência aponta para uma articulação indissociável que subordina os eixos teóricos aos domínios da prática.

Vale ressaltar que o “si” em questão não remete a uma apropriação individualista da escrita. Muito pelo contrário, tendo por referência a transmissão de saberes, da cultura e da língua,

referenciadas na figura da mãe-preta (GONZALEZ, 2020), a escrevivência é signo de uma apropriação singular, tornada possível a partir de uma “letra que não é só minha” (EVARISTO, 2020, p. 35). Trata-se de um exercício de fabulação que “aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade” (EVARISTO, 2020, p. 35). Não por acaso, essa categoria tem, cada vez mais, desempenhado um papel fundamental para os negros na tarefa de escreverem a si como sujeitos ativos inseridos no mundo, e não como corpos objetificados pela impossibilidade de nomear-se.

O trabalho da escritora mineira se centra, prioritariamente, na produção de textos literários. Estes operam como um caminho através do qual a autora cria e recria novos sentidos que realocam os destinos que o racismo confere, sobremaneira, à mulher negra. Contudo, como observa Fernanda Felisberto (2020, p. 166), a escrevivência é uma categoria que abarca uma pluralidade de apreensões, de maneira que “vem a cada dia ganhando múltiplos sentidos dentro da academia”. De nossa parte, o que compreendemos como exercícios de escrita não está fixado no campo estrito da literatura. Não diz respeito, necessariamente, à produção de histórias, de um texto corrido, regido pela lógica encadeada por começo, meio e fim. Mais aproximado da dimensão psicanalítica do ato de sonhar (FREUD, 1900/1990), o que está em jogo no encontro com o papel é a expressão livre e em fluxo, guiada por uma suspensão do controle sobre o que se escreve. Grava-se no papel aquilo que vem à mente, em um encadeamento expressivo não regulado pela obrigatoriedade do sentido. Escreve-se como quem sonha. O sentido possível a ser atribuído à escritura deriva não de uma intencionalidade prévia, mas de um segundo tempo da prática, em que se contempla o material produzido.

Para os sujeitos negros, tão importante quanto captar as diferentes formas em que, no cotidiano, são alcançados pela violência racial, é inventar condições singulares de estabelecer oposição ativa a seus efeitos. Deste modo, a interação dialógica que sustentamos entre a teoria, os saberes advindos dos movimentos sociais e o das escritoras negras convergem nos exercícios e atividades propostas. Tal articulação tem a função de incitar os sujeitos a criarem modos de resistir àquilo que do racismo produz paralisia, inibição, vergonha, autoflagelo, autoperseguição, enfim, mortificação da existência.

Como se observa, nossa proposta fundamenta-se em uma retroalimentação entre os registros objetivos das formações culturais e suas instituições sociais e o registro das subjetividades. De um ponto de vista teórico, tal referência encontra ancoragem no texto freudiano. Para Freud (1921/1990), é necessário relembra, a psicologia individual nada mais é do que psicologia social, sendo a diferença entre elas de caráter meramente metodológico, não conceitual ou epistemológico. Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/1990), o psicanalista reflete acerca de fenômenos sociais a partir dos conceitos e do pensamento psicanalítico, promovendo uma expansão da teoria

do sujeito, ao considerá-lo também como efeito das configurações sociais. Ou seja, para analisar o sujeito, é preciso entender o contexto social, econômico, histórico, cultural e geográfico ao qual ele pertence, não sendo possível ignorar as dinâmicas de poder que se apresentam na sociedade que o circunda.

No caso brasileiro, o racismo e a misoginia são fenômenos estruturais herdados de uma história marcada pela colonização violenta, que dividiu a população entre sujeitos considerados humanos e sujeitos entendidos como sub-humanos (LUGONES, 2014). Segundo María Lugones, é a imposição do binômio raça-gênero à situação colonial que confere forma a essa partição no registro da existência humana. Entretanto, “em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna” (LUGONES, 2014, p. 940). Importa, pois, fazer prosperar as diferenças, isto é, produzir desamarras das opressões coloniais. Sendo assim, considerar os fenômenos sociais é fundamental para o discurso psicanalítico. Este pode contribuir no intento de problematizar – escapando do eixo das normatividades – as consequências do entrecruzamento da raça e do gênero nas existências dos corpos sub-humanizados pelo poder colonial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do negro como objeto ao branco como tema

O curso de extensão contou com um público-alvo diverso, tendo recebido como participantes os interessados em pensar e discutir a violência racial no Brasil e suas manifestações cotidianas. No início da oficina, realizamos uma apresentação geral da proposta, seguida de um convite para que cada participante fizesse uma breve apresentação de si destacando, nesse ato de fala, os motivos pelos quais se viu engajado a participar de um curso extensionista que tinha como foco o racismo disseminado no cotidiano dos negros brasileiros.

Neste exercício primeiro de circulação da palavra uma importante questão se desenhou: parte dos participantes justificaram seu interessante vertendo um olhar sobre o negro, mas mantendo um silêncio quanto à racialidade em si próprios. Com isso, um tópico fundamental pode ser enunciado, ao deixar exposta a dissimetria que, desde a racialidade, dirige atenção aos corpos negros. Ou seja, a enunciação da categoria de raça fez surgir o negro figurado em lugar de objetificação, sob o qual recaía a justificativa de interesse pelo curso. A emergência dessa constatação tornou possível, ao longo dos encontros seguintes, interrogar a naturalização dessa

dessimetria. Como compreendê-la? Quais suas raízes? E, fundamentalmente, a que serve sua manutenção?

Segundo Bento (2022), historicamente, esse processo de *outrificação*, estabelecido por um crivo racial, pode ser entendido como um fenômeno político-cultural que remonta, em última instância, à colonização europeia. Dessa forma, apenas no Ocidente se observa a construção desse processo em que a marcação racial torna possível a subalternização, utilizando-se para isso, além da violência física e verbal, estratégias de construção estética, de normas e costumes culturais.

A delimitação da colonização, entendida como uma lógica de *outrificação*, é o que permite compreendermos o identitarismo não declarado sob o qual se apoia a continuidade de poder da branquitude. A partir do reconhecimento dessa dissimetria buscamos operar um giro que pudesse despertar nos participantes uma pergunta sobre os corpos brancos, fazendo também destes objetos de atenção. Em outros termos, tratou-se de abrirmos espaço para indagarmos não apenas a exclusividade da marcação racial direcionada aos negros, mas também a alienação da branquitude frente a sua própria racialidade. Com isso, um refinamento nas reflexões – tecidas desde a apresentação da noção de *escrevivência* – pode ser realizado, estabelecendo uma indagação mais precisa: afinal, o que é a branquitude?

Segundo Jesus (2012), os primeiros autores a tratarem do branco enquanto objeto de estudo foram W. B. Du Bois, em 1935 e Frantz Fanon (2008), em 1952, com a publicação de *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Neste livro, Fanon problematiza a racialidade branca, propondo uma análise da relação entre os sujeitos negros e brancos. Fanon realiza uma leitura que articula clínica e política para mostrar como, submetido à situação colonial, o negro é levado a se identificar com a brancura hegemônica. Nesse processo de apagamento de si, o negro acaba por adotar uma máscara branca como forma de tentar escapar da dominação colonial. Contudo, a hipótese de Fanon (2008) é que o branco não passa imune à objetificação a que submete ao negro. Por isso mesmo, importa para o autor desvelar alienação do branco, que deriva da crença equivocada de ser, o branco, o espelho da humanidade.

Já no Brasil, apesar do termo “branquitude” ter sido usado pela primeira vez por Gilberto Freyre (1962), que defendia a existência de uma democracia racial a partir da mestiçagem, é Guerreiro Ramos (1995) quem propõe, pela primeira vez, um debate sobre o tema. De forma mais específica, o autor utilizava o termo “brancura”, mas que, conceitualmente, é equivalente ao que entendemos hoje por branquitude (JESUS, 2012).

Segundo Guerreiro Ramos (1995), nas condições históricas de formação do país, a minoria colonizadora promoveu uma comunidade linguística, religiosa, de valores estéticos e costumes, por meio de uma imposição dogmática que objetivava manter e consolidar a dominação de povos

negros e indígenas. Dessa forma, seria possível embasar a naturalização do poder e dos privilégios requerido pela branquitude em sólidos pilares, que explicam sua longa duração.

Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. (RAMOS, 1995, p. 220).

Ainda segundo o autor, quando consideramos um país colonizado, suas estruturas totais são regidas por critérios heterônimos, ou seja, vindos de fora para dentro e, portanto, não sendo considerados produto de fatores endógenos àquela sociedade. Sendo assim, as normas e costumes ainda dominantes na sociedade brasileira advêm de momentos históricos passados, mas que continuam se atualizando a partir da manutenção da dinâmica racista que estrutura a sociedade brasileira.

Por essa via, a branquitude pode ser enunciada por referência à posição de poder, “é uma posição de privilégio, ocupada por aqueles que são considerados brancos” (CARNEIRO; SCHUCMAN; LISBOA, 2023, p. 45). Posições de poder que, entrelaçadas por uma cumplicidade não declarada entre corpos brancos, é sustentada através da continuidade institucional do racismo e pelas políticas de branqueamento (BENTO, 2022). Dito em outros termos, a continuidade colonial operada pela branquitude parte do princípio de que os códigos do mundo branco são universais, de maneira que numa sociedade marcada pela dominação racial, a branquitude formula a si própria como referencial, como forma primordial do humano. Deste modo, interrogar a branquitude é direcionar atenção à centralidade não anunciada a partir da qual corpos brancos constituíram a noção de raça, fazendo desta um atributo do outro. É equalizar a dinâmica dos estudos raciais que, como dirá Guerreiro Ramos (1995), centrou-se no “negro-tema” como forma de deixar omissa o corpo branco, não apenas de marcação racial, mas do lugar de opressor na dinâmica do racismo.

Em última instância, os encontros – ao mobilizarem nos negros uma reapropriação das marcas impostas pela violência racial – deixaram translúcido para o grupo de participantes os mecanismos de poder e as operações inconscientes que visam manter inalterados, o que Cida Bento (2022) nomeou de pacto narcísico da branquitude. Para a autora, o narcisismo constitui a base do reconhecimento entre brancos, regulando não apenas a construção da individualidade, como também da pertença grupal. Através da dimensão narcísica, o que está em questão é “a autopreservação” (BENTO, 2022, p. 18), a manutenção dos processos identificatórios, que, de forma tácita, garantem a transmissão dos privilégios fundamentados, simbólica e concretamente,

na dominação racial. Assim, o pacto faz perdurar “a herança escravocrata que vem sendo transmitida através do tempo, mas silenciada” (BENTO, 2022, p. 25). Por intermédio de uma aliança não declarada e de uma reiteração performativa, a branquitude atualiza e mantém os lugares sociais que, desde o escravagismo, fixaram a desigualdade racial no Brasil.

Branquitude e o sono dos injustos

No intuito de alargar o giro que nos conduziu à pergunta sobre a branquitude, dispusemos ao longo dos encontros de debates teóricos – e, principalmente, de partilhas que coletivizaram os efeitos singulares das práticas de escrita realizadas. Por essa via, os participantes foram instados a se depararem com o impensado da própria racialidade e, sobretudo, a indagarem como essa influência sua forma de entender e existir no mundo.

Segundo Frantz Fanon (2008), uma das consequências mais imediatas que o funcionamento estruturado do racismo impõe ao corpo negro é a alienação de si. Vivendo em uma sociedade em que o funcionamento institucional produz e replica uma lógica racial hierárquica, o sujeito negro, como condição de sociabilidade, é instado a viver e a existir tendo a brancura como ideal (SOUZA, 1983). Ele se identifica às custas de um apagamento de si, a valores, traços e simbologias ditadas pela branquitude. Daí a relevância, para estes sujeitos, de um duplo movimento propiciado no curso: um primeiro, que afirma a existência do racismo como um dado sistêmico, como uma estrutura alienante de poder. E, um segundo, em que estes sujeitos são convocados a construir novas linguagens expressivas de si, afastadas do embranquecimento como ideal.

Não obstante, esse duplo movimento pode produzir consequências também sobre aqueles que se identificaram como brancos, na medida em que tornou possível um encontro com a racialidade em suas consequências. Conforme testemunhado por alguns dos participantes, o curso operou como espaço primeiro de encontro com própria dimensão racial. Tal reconhecimento é importante, pois ao desfazer o circuito que externaliza a incidência racial torna possível desvelar a ficcionalidade da raça, complexificando os termos dessa incidência. Afinal de contas, se, por um lado, a dominação racial faz com os negros sejam levados a se identificarem aos brancos, por outro, estes últimos, ao racializarem apenas o outro, desconhecem as contradições impostas a si mesmos pela cor da pele. Isto não significa, em absoluto, que essa invisibilidade tenha consequências idênticas para negros e brancos. Muito pelo contrário, a violência do racismo antinegro é signo da hierarquia. Contudo, a hegemonia supremacista que converte a brancura num valor identificado ao humano faz com que negros e brancos sejam levados a um não querer saber sobre a incidência racial.

Talvez tenha sido esta aposta mais radical que realizamos: supor que a partir do encontro dos corpos em suas diversidades étnicas poderia ser encaminhado um trabalho em conjunto capaz de interrogar a naturalização da hierarquia racial como um valor. Assim, partimos de uma consideração sobre construção do corpo negro como lugar de objetivação – e da necessidade destes se reinventarem fora dos referenciais de subjugação. Este movimento fez surgir um espaço em que branquitude pode ser localizada em seu silêncio estratégico sobre a racialização.

De acordo com Edith Piza (2000), o confronto da branquitude com essa estratégia é acompanhado de um grande impacto, similar ao de uma pessoa desavisada chocando-se com uma porta de vidro. Ante ao impacto do encontro com a racialidade recusada, o que se observa é o surgimento de mecanismos de defensivos dos corpos brancos, que se traduzem em erupções de raiva e dor. Afinal de contas, “nós, pessoas brancas, fazemos com que seja algo tão punitivo para pessoas não brancas nos desafiarem, que eu imagino que frequentemente elas escolherão não nos desafiar. Elas não querem arriscar ficar pior” (DIANGELO; BENTO; AMPARO, 2023, p. 14). Daí a importância de se discutir a branquitude, insistindo no enfrentamento que a nomeia em seus privilégios raciais. É o estilhaçamento da imagem de uma suposta neutralidade racial que permite localizar a branquitude como parte fundamental da engrenagem que continua beneficiando corpos brancos em detrimento de sujeitos negros e indígenas.

Vale ressaltar que esse caminho, que expõe as contradições da desigualdade racial incluindo uma interrogação sobre os corpos brancos, não nos afasta dos contornos delimitados pela categoria de escrevivência. Em *A escrevivência e seus subtextos*, ao problematizar os sentidos que a categoria ocupa em sua obra literária, Conceição Evaristo (2020) interroga o lugar conferido aos personagens brancos em seus trabalhos: que função desempenham? Como são concebidos, diante da centralidade subversiva atribuída aos personagens negros? A resposta da autora é que ao destiná-los um papel escanteado, mas mantendo, ao mesmo tempo, sua posição histórica de poder, pode-se deixar evidente “a prepotência, os desmandos, os privilégios do poder exercido pelas pessoas brancas sobre os não brancos” (EVARISTO, 2020, p. 28). Assim, se a escrevivência é signo da experiência diaspórica, da possibilidade para os negros de reescrever os sentidos dessa experiência, isto não impede que os corpos brancos sejam por ela afetados. E que haja, inclusive, uma tática nessa aproximação. Como afirma, “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020, p. 30). Alinhados a Evaristo, fizemos da escrevivência ocasião para que os corpos negros elaborassem as marcas traumáticas impostas pelo racismo, mas também momento para desacordar os corpos brancos, lançando-os na realidade visível de sua marcação identitária, perpetuada através do pacto narcísico.

Assim, em nossa proposta, a mobilização teórico-prática sobre o racismo no Brasil verteu-se em um caminho para colocarmos em debate o tema das relações étnico-raciais no país. Ao colocar em cena a racialidade a partir de uma ótica das relações, e não mais por um olhar direcionado ao negro como único corpo racializado, está em questão a possibilidade de uma convocação responsável dos corpos brancos pela incidência da marcação racial. É bem verdade que, num primeiro momento, essa convocação pode evocar os sentimentos de culpa ou de vergonha pelo reconhecimento de si mesmo na continuidade da dominação. Contudo, o que está em jogo não é produção da vergonha, que tanto quanto a culpa pode vir acompanhada de uma paralisia. De outra forma, nos interessou situar o campo da responsabilidade nos domínios da ética, ou seja, no esforço de converter a responsabilidade em ações comprometidas como antirracismo. Neste intento, concordando com Grada Kilomba (2019, p. 46), já não se trata mais para os corpos brancos de repetir – conscientemente ou inconscientemente – a pergunta “‘eu sou racista?’, esperando com isso uma resposta atenuante, mas sim que cada um pudesse ecoar a pergunta: ‘Como posso dismantelar meu próprio racismo?’

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos encontros, testemunhamos uma das mais severas consequências da violência racial: a exigência de que os sujeitos negros apreendam a violência como um dado que incide sobre suas existências e sobre suas potencialidades de ação. Historicamente, coube ao campo organizado da militância o trabalho de letramento e de mobilização coletiva capaz de munir esses sujeitos de instrumentos para o enfrentamento da violência racial. Por seu turno, o saber universitário — aqui enunciado desde o campo da Psicologia — dedicou, em larga medida, uma atenção diminuta aos efeitos e às consequências dessa violência (CANAVÊZ; DIAS, 2021). Nossa aposta foi que a produção acadêmica pode atuar como um saber engajado em políticas de transformação social. Ainda que a adoção de cotas raciais nas universidades públicas tenha evidenciado o despreparo institucional para lidar com estudantes cotistas (SANTOS, 2013), consideramos imprescindível o engajamento da universidade no enfrentamento das desigualdades socioeconômicas e raciais que estruturam o país. Nesta direção, nossa proposta extensionista, ao franquear um debate teórico-interventivo sobre as relações raciais, buscou não somente um contraponto a uma psicologia hegemonizada, como também apontar para a necessidade de uma formação profissional comprometida com a análise crítica dos modos de subjetivação em um país marcado pela violência racial.

Considerando a continuidade sistêmica da violência racial, a proposta de nossa oficina pode parecer utópica se balizada apenas por critérios quantitativos ou por perspectivas que priorizem exclusivamente transformações materiais do poder. Poderia mesmo ser tomada por ingênua ao apostar em efeitos transformadores decorrentes de uma atividade de curta duração. Não desconhecemos esses limites; ainda assim, eles não parecem diminuir a importância do gesto. Compreendemos que qualquer transformação social efetiva deve ser acompanhada de uma apropriação subjetiva. O antirracismo — assim como os impactos institucionais produzidos, por exemplo, pelas ações afirmativas — é fortalecido quando articulado à interrogação subjetiva sobre a racialidade e sobre os valores que sustentam a dominação racial. Nesse sentido, a emergência das contradições vividas pelos corpos brancos se mostrou fundamental, na medida em que explicitou o ainda curto alcance dos debates sobre as questões raciais no país.

Em síntese, ao abrir espaço para que a racialidade, inclusive dos autodeclarados brancos, fosse interrogada, o curso evidenciou que a universidade pode ser um terreno fértil para deslocamentos que articulem elaboração subjetiva, crítica epistemológica e intervenção institucional. A experiência aqui analisada reafirma que enfrentar o racismo exige tanto a transformação das estruturas quanto o cultivo de processos de subjetivação capazes de desnaturalizar a lógica racial. É nesse duplo movimento, político e subjetivo, que situamos a principal contribuição deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Polén, 2019.

BENTO, M. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CANAVÊZ, F; DIAS, L. Racismo e ascensão social do negro na democracia brasileira. In. v. 16 n. 1 (2022): *Revista Psicologia em Pesquisa*, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472022000100011. Acesso em 27. nov. 2023.

CARNEIRO, S.; SCHUCMAN, L. V.; LISBOA, A. P. Alianças possíveis e impossíveis entre brancos e negros para equidade racial. In: INSTITUTO IBIRAPITANGA; SCHUCMAN (orgs). *Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo*. São Paulo: Fósforo, 2023.

DIANGELO, R.; BENTO, C.; AMPARO, T. O branco na luta antirracista: limites e possibilidades. In: INSTITUTO IBIRAPITANGA; SCHUCMAN (orgs). *Branquitude: diálogos sobre racismo e antirracismo*. São Paulo: Fósforo, 2023.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In. DUARTE, C; NUNES, I. *A escrita é nós*. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

Escrevivências: do racismo cotidiano às relações étnico-raciais

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

FELISBERTO, F. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, C; NUNES, I. *A escrita é nós*. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do ego. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1921/1990.

FREUD, S. Interpretação dos sonhos. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 4. Rio de Janeiro: Imago, 1900/1990.

GLISSANT, E. *A poética da relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, F; LIMA, M (orgs). *Por um feminismo afro-latinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, C. Branquitude x Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. In: *Anais do III EBECULT – Encontro Baiano de Estudos em Cultura*, 2012. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/ebecult/artigos-completos/index.html>. Acesso em 27. nov. 2023.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, A. *Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde*. São Paulo: Ubu, 2020.

LUGONES, M (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), set-dez, p. 935-952. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em 27. nov. 2023.

MOMBAÇA, J. (2017). A coisa tá branca!. *Buala.org*. Lisboa. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/mukanda/a-coisa-ta-branca>. Acesso em 03. dez. 2025.

PIZA, E. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: HUNTLEY, L & GUIMARÃES, A. (orgs). *Tirando a máscara*. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAMOS, G. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SANTOS, J. (org). O impacto das cotas nas Universidades brasileiras, 2004-2012. Salvador: CEAO, 2013.

SOUZA, N. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Recebido em: 05/12/2023

Aceito em: 19/12/2025